



ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MURÇA

27 DE NOVEMBRO DE 2015

PRESIDENTE	João Luís Teixeira Fernandes
1.º SECRETÁRIO	Eduardo Jorge Milhões Fernandes Pinheiro
2ª SECRETÁRIA	Maria Edite da Costa Fernandes de Sousa

LOCAL DA REUNIÃO	Paços do Concelho - Auditório
-------------------------	-------------------------------

MEMBROS PRESENTES	22 (última folha da ata)
MEMBROS AUSENTES	00(última folha da ata)

HORA DE ABERTURA	14:40 Horas
HORA DE ENCERRAMENTO	18:00 Horas

PRESENCAS CÂMARA MUNICIPAL

PRESIDENTE	José Maria Garcia da Costa
VICE-PRESIDENTE	Raul António Ribeiro Luís
VEREADORA	Ana Paula Rodrigues da Cruz
VEREADOR	Albertino José Castro Lousa
VEREADORA	Cláudia A. Cruz Oliveira Guerra e Vilaverde

FALTAS DA CÂMARA MUNICIPAL

Não houve

- O Presidente da Assembleia Municipal, João Teixeira, cumprimentou os presentes e deu início à sessão ordinária do dia 27 de novembro de 2015, informando que a mesma será, à partida, a última do presente ano de 2015. Mais informou que esta sessão de aprovação do orçamento terá que ser realizada durante o mês de novembro, sendo que a Câmara enviou a documentação de suporte respetiva até final de outubro, nos termos da lei.

Período Antes da Ordem do Dia

“Apreciação da Ata da Sessão do dia 24/09/2015”

Votação:

<i>Votantes</i>	<i>20</i>
<i>Abstenção</i>	<i>03</i>
<i>Contra</i>	<i>00</i>
<i>A Favor</i>	<i>17</i>

Deliberação: Aprovada por maioria

Abstiveram-se: Deputadas do PS Auria Alves e Magalie Teixeira e ainda o deputado do PSD, Marco Azevedo.

Declaração de Voto: “por não terem estado presentes na sessão em apreço”.

- O Presidente da Assembleia Municipal, João Teixeira, informou os presentes que o município solicitou a inclusão de um ponto adicional na ordem do dia, relativamente à valorização do património na região do vale do Tua, em data posterior à definição da ordem do dia. Mais informou que do mesmo foi dado conhecimento a todos pelos meios disponíveis e informou que, nos termos regimentais, o mesmo só poderá ser considerado caso uma maioria qualificada dos deputados assim o autorize. Nesse sentido colocou à votação a inclusão do Ponto 8 - **Projeto de Valorização do Património Cultural do Vale do Tua - Protocolo entre a Direção Regional de Cultura do Norte e o Município de Murça**.

Votação:

<i>Votantes</i>	20
<i>Abstenção</i>	00
<i>Contra</i>	00
<i>A Favor</i>	20

Deliberação: Aprovada por unanimidade a inclusão do ponto que será o ponto 8 - Projeto de Valorização do Património Cultural do Vale do Tua - Protocolo entre a Direção Regional de Cultura do Norte e o Município de Murça.

Chegou à sessão a deputada do PS, Maria José Marques

Leitura do Expediente

(Alínea b) do n.º 2 do artº 21º do Regimento)

Arménio Carvalho Ribeiro:

- Remete informação sobre atividade “ A Viagem a Praga”, com a apresentação da peça pela companhia de teatro AJAM; no Auditório Municipal;

Câmara Municipal de Murça:

- Remete informação;

ANMP:

- Remete informação sobre a Semana Europeia da Democracia Local 2015. Trigésimo Aniversário da Carta Europeia de Autonomia Local;

Arménio Carvalho Ribeiro:

- Remete informação sobre atividade “Sarau Cultural – Cante Alentejano”, no Auditório Municipal;

Câmara Municipal de Murça:

- Propostas para inclusão na Ordem do Dia da Sessão de 27/11/2015;

Daniel Rodrigues Faceira:

- Justificação pela ausência à sessão do dia 27/11/2015

Banda Marcial de Murça:

- Convite para participar nas Comemorações do 145º Aniversário da BMM;

Câmara Municipal de Murça:

- Remete informação;

Câmara Municipal de Murça:

- Convite para participar no XIII Convívio de Natal para os Idosos e pessoas Portadoras de Deficiência do Concelho de Murça;

José Eduardo Rodrigues Borges:

- Justificação pela ausência à sessão do dia 27/11/2015;

Rui Manuel Gonçalves Pereira:

- Justificação pela ausência à sessão do dia 27/11/2015;

Junta de Freguesia de Fiolhoso:

- Justificação pela ausência e E-mail de substituição, relativo à sessão do dia 27/11/2015;

Câmara Municipal de Murça:

- Remete informação;

“Outros Assuntos de Interesse para o Município”

Chegou à sessão o deputado do PS, Joaquim Pinto

- O Deputado do PS, Arménio Ribeiro, cumprimentou os presentes e interveio na qualidade de cidadão e eleitor de Fiolhoso, aproveitando para prestar devida e justa homenagem a um conjunto de jovens de Fiolhoso, que encetou um projeto de reabilitação de uma associação desportiva local, o Grupo Desportivo de Fiolhoso, que se passa a transcreves:

“Com efeito dos últimos meses um grupo de cidadãos residentes em Fiolhoso, mas também não residentes (e essencialmente jovens) encetou um projeto de requalificação ou reabilitação da associação existente na aldeia de Fiolhoso.

Associação, essa, que em momentos recentes da história local, mas também municipal e mesmo distrital, teve um papel preponderante da dinamização do desporto.

O grupo desportivo e recreativo de Fiolhoso foi durante anos, um honroso representante do bom nome do município, tendo inclusive em determinados momentos, sido o club mais representativo do concelho, com títulos distritais ganhos.

A conjuntura económico-social, mas fundamentalmente democrática levou a que na época de 2010-2011 por iniciativa própria e sem outros constrangimentos, a direção deliberou a retirada das competições distritais.

Desde essa data até ao momento, o grupo foi sendo gerido por uma comissão administrativa, com o apoio da população, quer seja a residente, quer seja a vasta comunidade emigrante que nunca esquece as origens e a terra.

Como já referi, dos últimos meses, e em boa hora, houve a dinâmica de recuperar o associativismo na aldeia. Porque foi diagnosticada essa necessidade, essencialmente social, mas também porque o património da associação necessitava (e necessita, constantemente) de zelo e de proximidade.

No início do segundo semestre de 2015, foi então definitivamente, criada a nova comissão administrativa, composta por 16 elementos, a grande maioria com menos de 30 anos. Uma comissão que tem extensões na nossa diáspora, fundamentalmente no Luxemburgo.

Novos tempos são novas realidades e necessitam de novas abordagens, o desporto continua a ser um foco a considerar, mas a participação regular nas competições não é a matriz do novo projeto.

O delineamento da nova política associativa passa essencialmente pela componente recreativa, social e cultural, onde o desporto tem lugar, obviamente.

Nos poucos meses de atividade, podemos realçar um conjunto de ações que foram encetadas e realizadas com um sucesso considerável, quer pela inovação, pela qualidade, ou mesmo quantidade, enfim os resultados são manifestamente satisfatórios.

Desenvolveu-se o levantamento e inventariação do património, bem como o seu diagnóstico; procedeu-se a uma limpeza e arrumação; realizaram-se pequenas ou medias obras de recuperação e de conservação; efetuou-se uma receção aos emigrantes que enriqueceu as tradicionais festividades da aldeia, contando com mais de 250 participantes, onde se pretendeu não só o convívio social, mas também proporcionar uma atividade de desporto e de saúde com a realização de um percurso pedestre pelos caminhos de outrora, de modo a que muitos possam recordar, outros conhecer, não esquecendo a componente cultural, arqueológica com a passagem na necrópole megalítica das madorras – património classificado; Por fim a celebração de uma atividade, denominada por Santo Magusto, que inovou na forma como as atividades recreativas se fazem no nosso concelho, mais do que as minhas palavras, são mesmo as inúmeras imagens que podem consultar na rede social do grupo, foram perto de 150 participantes numa festa, que marca mais uma vez a história da aldeia; a refiliação de associados é outra ação que está a ser desenvolvida e com sucesso.

Próxima atividade será a 26 de Dezembro, Convívio de Boas Festas, onde se espera que o regresso dos bailes ao pavilhão possa ser um êxito, conhecendo como vou conhecendo a dinâmica da associação, não estou à espera de um simples baile, dinamismo e inovação começam a ser a imagem de marca da nova equipa.

Já longa vai esta intervenção, mas não possa finalizar sem felicitar toda a aldeia pelo apoio e colaboração às atividades, e evidentemente aos órgãos sociais da nova associação, aqui personalizados pela Presidente Magali Teixeira.

Quero ainda realçar que numa nova estratégia de comunicação e de imagem o Grupo Desportivo e Recreativo de Fiolhoso, e porque esse é o espírito do grupo e da aldeia, passa a acumular ao nome a designação de UPF – unidos pelo Fiolhoso.

Grupo Desportivo e Recreativo de Fiolhoso – Unidos pelo Fiolhoso

É preciosamente essa a missão, a de promover a união entre as pessoas

Aguardo com expectativa o plano de atividades para 2016, sei que será arrojado mas equilibrado e consciente.

Por fim, apenas apelar a que a dinâmica não esmoreça e também para que todos tenham a verdadeira percepção do associativismo que se faz ou tenta fazer em Fiolhoso.

Estou certo que a Camara Municipal saberá, como tem feito em outras situações, apoiar todos os projetos que sejam fundamentados e sustentados."

- O Deputado do CDS, Luís David Perdigão Ferreira, cumprimentou os presentes e informou pretender comentar algumas afirmações proferidas na sessão anterior pelo Sr. Presidente da Assembleia Municipal, em que se alude ao facto de também ele ter contribuído para o endividamento do município, no período em que exerceu as funções de assessor na Câmara Municipal de Murça. Disse que enquanto exerceu essas funções, nunca teve funções executivas, pelo que nunca pôde autorizar a realização de despesa. Referiu apenas que numa única situação solicitou uma aquisição de equipamento e essa encomenda foi anulada, pelo que nunca contribuiu para o endividamento do município.

- O Presidente da Junta de Freguesia de Murça, António Marques, cumprimentou os presentes e alertou para a necessidade de vir a este órgão a Postura de Trânsito do município, dadas as várias questões colocadas por cidadãos e comerciantes. Deu conhecimento do ponto de situação das duas propostas trazidas por si, em sessões anteriores. Referiu, para que em momentos mais mediáticos para o concelho, como no 8 de maio ou na Festa do Emigrante, em que se divulgam os produtos locais, que se passe a considerar o sector florestal e que a AFLODOUNORTE poderia ter um papel importante nessa divulgação.

- O Presidente da Junta de Freguesia de Jou, Carlos Silva, cumprimentou os presentes e referiu que esta assembleia deve pugnar pelos interesses do município, e relativamente ao Tribunal de Murça, disse que deveria ser a altura oportuna, para fazer valer junto das instâncias superiores a necessidade de reabrir aquele equipamento. Mais disse, que deveriam ser recolocadas as tarjas manifestando que continuamos em luta pela defesa daquele equipamento.

- O Presidente da Junta de Freguesia de Murça, António Marques, secundou a intervenção do Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Jou e disse, que agora que a governação mudou se deveria formalizar uma proposta, para que se restaure o serviço do Tribunal, os serviços que foram diminuídos no SAP, o reforço dos serviços agrícolas e a manutenção e ampliação dos serviços das extensões de saúde das freguesias de Candedo, Fiolhoso e Jou. Mais disse que, se com o governo anterior houve consenso quanto a estas questões, o mesmo gostaria de ver agora num novo contexto.

- **O Deputado do PS, Arménio Ribeiro**, interveio na mesma linha das intervenções anteriores e disse que espera com a mudança de governo melhores resultados para Murça. Referindo-se à queda de granizo em Porrais disse que finalmente houve uma resposta do anterior ministério da agricultura e que a mesma foi negativa, foi rejeitada a ajuda aos agricultores. Sugeriu que deveria partir do executivo municipal uma tomada de posição inicial e constituir um caderno de encargos, para o atual governo, e que essa posição deveria depois ser secundada pela Assembleia Municipal.

- **O Presidente da Assembleia Municipal, João Teixeira**, referiu que as questões elencadas relativas às diminuições ou extinções de serviços continuam a merecer a nossa atenção e que a Câmara Municipal deverá tomar uma posição inicial, para depois a Assembleia Municipal reforçar essa posição. Mais disse, que seria correto dar algum tempo, para que o governo entre em efetivas funções e que seguidamente se reivindique de forma incisiva. Relativamente às questões elencadas pelo deputado Luís Perdigão, disse que efetivamente quem tinha competência para autorizar despesa seria o Presidente da Câmara Municipal ou o seu substituto mas, que tal, partiu da indicação dos técnicos que fizeram as correspondentes propostas de aquisição. Sobre a questão da postura de Trânsito assumiu o compromisso, para que a Toponímia venha a este órgão, até Junho de 2016.

- **O Presidente da Câmara Municipal, José Maria Costa**, cumprimentou os presentes e referiu congratular-se com o ressurgimento da Associação do Grupo Desportivo de Fiolhoso, tendo tido já oportunidade de participar numa das suas atividades e ter encontrado aí uma grande dinâmica e juventude no seio daquela associação, capaz de cativar a população. Disse ser importante valorizar aquelas dinâmicas locais, quais muito preza e se compromete apoiar, aguardando com expectativa a receção do seu plano de atividades.

Quanto às intervenções sobre o novo governo disse, que não é por mudar a ideologia política subjacente ao governo que muda a sua postura e atitude de acérrima defesa dos interesses do município. Disse, que se em tempos foi acusado de ter tido excessos relativamente ao governo anterior, que o mesma atitude será tomada agora e sempre que tal se justifique e seja necessário em defesa de Murça. Disse, que a Câmara Municipal de Murça deverá elencar as necessidades e constrangimentos e remetê-las aos correspondentes gabinetes. Disse que com o novo governo há um renascer de esperança, deixando uma palavra de saudação ao novo executivo, esperando dele uma nova atitude, para com o interior e os territórios de baixa densidade. Disse que numa primeira linha teremos de defender o tribunal.

Sobre a Postura de Trânsito, o trabalho está a decorrer e que em breve será trazido a este órgão, em articulação com a Comissão de Trânsito.

Sobre as construções devolutas e riscos de incêndio, disse que quando as propostas foram elaboradas pediu a colaboração das Juntas de Freguesia. Disse, que foram já identificadas

algumas das situações, quer no plano municipal de emergência e proteção civil, quer no plano florestal.

Disse ter tomado boa nota da sugestão da inclusão da fileira florestal em futuras atividades de divulgação do município.

//

Período da Ordem do Dia

1 - Informação do Presidente da Câmara Municipal;

(Alínea c) do n.º 2 do art.º 25 da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro)

2 - Aprovação das Grandes Opções do Plano para o ano 2016;

(Alínea a) do n.º 1 do art.º 25 da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro)

3 - Aprovação do Orçamento Municipal para o ano 2016;

(Alínea a) do n.º 1 do art.º 25 da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro)

4 - Aprovação do mapa de Pessoal para o ano 2016;

(Alínea o) do n.º 1 do art.º 25 da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro)

5 - Autorização Genérica para dispensa prévia da Assembleia Municipal de Murça, nos termos da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21 de junho e pela Lei n.º 22/2015 de 17 de março;

(Alínea c) do n.º 1 do art.º 6 da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro)

6 - Apreciação do relatório do auditor externo sobre a informação financeira do 1.º semestre de 2015;

(Alínea d) do n.º 2 do art.º 77 da Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro)

7 - Listagem com os compromissos plurianuais assumidos ao abrigo do ponto 3, da autorização genérica concedida pela Assembleia Municipal de Murça de 19 de dezembro de 2013.

(Lei n.º 8/2012 de 22 de fevereiro)

8 – Projeto de Valorização do Património Cultural do Vale do Tua – Protocolo entre a Direção Regional de Cultura do Norte e o Município de Murça.

(Alínea k) do nº1 do artº25 da Lei nº75/2013, de 12 de setembro)

//

1 – Informação do Presidente da Câmara Municipal;

(Alínea c) do nº2 do artº25 da Lei nº75/2013, de 12 de setembro)

“José Maria Garcia Costa, Presidente da Câmara Municipal do Concelho de Murça, para cumprimento do disposto na alínea e) do nº. 1 do artº. 53 da Lei nº. 169/99 de 18 de Setembro, vem apresentar à Excelentíssima Assembleia Municipal informação das Atividades da Autarquia:

1 - Convívio de Natal da População Idosa e Portadora de Deficiência

Realiza-se no próximo dia 20 de dezembro, no Pavilhão Desportivo Municipal, o tradicional Convívio de Natal da População Idosa e Portadora de deficiência do concelho de Murça.

2 – Zona Industrial

Está concluído o procedimento de concurso para ampliação da Zona Industrial. As respetivas obras serão iniciadas de imediato. O valor da adjudicação é de 148.000,00€. Foi possível negociar com a EDP a cedência gratuita do equipamento e material elétrico necessário à ampliação da rede para aquele espaço.

3 – Executivo Municipal

O Sr. Vereador Pedro Manuel Alves Barroso Magalhães solicitou a suspensão do seu mandato pelo período de 120 dias. Será substituído pela Sra. Vereadora Cláudia Alexandra da Cruz Oliveira Guerra e Vilaverde.

4 – Endividamento Municipal

Tal como vinha informando o Município de Murça, atingiu os níveis legais de endividamento no passado mês de outubro, mantendo-se mesmo assim abrangido por um conjunto de limitações. Caso fosse necessário já poderia recorrer ao crédito.

5 – Negociação da dívida

Foram já estabelecidos contactos com as entidades bancárias – C.C.A. e C.G.D. no sentido de se proceder à renegociação da dívida. Este processo será desenvolvido e concluído durante o 1º trimestre de 2016.

6 – Barragem do Tua

A EDP Produção já procedeu à transferência de 750.000,00€ (setecentos e cinquenta mil euros), conforme definido no protocolo assinado.

Decorre o concurso público para a construção do caminho paralelo ao rio Tua, entre a ponte da Brunheda e o lugar de Codeçais.

Vão ser feitos trabalhos de prospeção para a abertura de poço e instalação de ETA, em Sobreira, junto ao rio Tua para substituição do poço de captação existente que ficará submerso.

Foi assinado, entre a EDP e a empresa Autocarros, Barcos, Aeronaves e Comboio Turístico do Vale do Tua, SA, o memorando de entendimento para implementação do sistema de mobilidade do Tua. Este sistema integrará três modalidades: O rodoviário – entre a estação do Tua e o ancoradouro na barragem; o fluvial – entre a barragem e a Brunheda e ferroviário entre a Brunheda e Carvalhais. Este sistema terá um carácter unicamente turístico.

A mobilidade quotidiana integrará a modalidade ferroviária entre Mirandela e o Cachão e táxi a pedido entre Cachão e o Tua.

Teve início o desmonte da linha do Tua, a submergir, no passado dia 16 do corrente mês.

7 - G.N.R. de Murça

O Comando Distrital da G.N.R., procedeu à substituição do Comandante do Posto Territorial de Murça. O 1º Sargento Paulo Costa que foi colocado em Sabrosa e foi substituído pelo 1º Sargento Pinto Silvano, que até este momento desempenhava as funções de adjunto de comando em Valpaços

8 - Atividades Culturais e Desportivas

- Valongo de Milhais – Apresentação da obra – “Herói Milhões”
- Jou – Inauguração do “Espaço de Arte”
- Auditório Municipal – Apresentação do Cante Alentejano pelo Grupo de Cantares da Casa do Povo do Cercal do Alentejo.
- Biblioteca Municipal – Apresentação do livro “ A Gotinha Exploradora” da autoria da jovem Carla Correia, natural de Fonte Fria/Vilares.

9 - CANDIDATURAS

- CIMDOURO

- Aprovação de candidatura para elaboração dos Planos de Ação para a Mobilidade Urbana Sustentável.

- Municipal

- Aprovação de candidatura ao programa do Fundo de Eficiência Energética para a Redução de Energia Reativa no Estado 2015.

- Aviso POSEUR – 12 – 2015 – 16

POSEUR (Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso dos Recursos).

Eixo 3, Prioridade de Investimento 6. II, Objetivo Específico 2.

“Otimização e gestão eficiente dos recursos e infraestruturas existentes, garantido a qualidade do serviço prestado às populações e a sustentabilidade dos sistemas, no âmbito do ciclo urbano da água”.”

- **O Deputado do CDS, Luís David Perdigão Ferreira**, referiu-se ao nº 4, dizendo que finalmente o município atingiu os limites legais de endividamento, o que significa que ficou perfeitamente esclarecido que até aqui se tinham ultrapassado os limites legais e questionou se o Presidente da Câmara Municipal considera que já existe necessidade de recorrer ao crédito e que margem há de recurso ao crédito.

- **O Presidente da Junta de Freguesia de Jou, Carlos Silva**, congratulou-se com a diminuição significativa do valor das dívidas de curto prazo, registando com satisfação a melhoria das contas do município. Disse ter esperança que os sacrifícios sentidos pelos munícipes ao longo destes tempos possam vir a ser recompensados com investimentos naquelas obras que são fundamentais para o concelho e em particular para a sua freguesia.

- **O Deputado do PS, Arménio Ribeiro**, referiu-se a vários pontos e em particular à questão da intempérie em Porrais em que a Câmara Municipal já gastou vários milhares de euros em consequência do facto, e que, tal poderia estar mais claro nesta informação escrita. Salientou que finalmente se vê luz ao fundo do túnel na ampliação da zona industrial e questionou se o valor mencionado é o valor total do investimento do município ou se é participável. Sendo palavra dada, palavra honrada, registou com satisfação que o Sr. Presidente da Câmara Municipal tenha chamado a si a renegociação dos créditos do município, em vez de recorrer a entidades externas. Salientou ainda duas atividades, a apresentação de um livro de uma jovem de Fonte Fria e que o mesmo será a base de um trabalho, para um projeto de educação ambiental a fomentar no Agrupamento de Escolas de Murça. Mais disse, que o concelho tem tido grande dinâmica cultural e referiu-se à sessão do Cante Alentejano, pela primeira vez em Murça. Disse esperar o reforço da programação cultural e felicitou o Sr. Presidente da Câmara Municipal, pelo facto.

- **O Presidente da Câmara Municipal, José Maria Costa**, respondendo às questões colocadas, informou que a margem disponível de endividamento do município se aproxima, nesta data, de cerca de meio milhão de euros. Mais disse que a Câmara sempre pôde recorrer ao crédito, desde que, por prazo inferior a um ano, situação que agora se altera com maior capacidade de obtenção de crédito. Disse que não tem intenção de recorrer a novos créditos e que pelo contrário se fará uma gestão muito rigorosa das receitas do município para concretizar a satisfação das necessidades vividas, tanto mais que permanece o cumprimento da lei dos compromissos. Elencou 3 vetores: despesa corrente do município; os encargos financeiros existentes e por fim despesas de investimento, que condicionam a atuação do município de Murça, tal como a generalidade dos restantes 307 municípios do país. Disse vincadamente que as restrições permanecem e que o critério e rigor da gestão do município terá que continuar, agradecendo contudo as palavras de elogio e reconhecimento.

Deu nota de que efetivamente recebeu uma missiva do Ministério da Agricultura em que taxativamente recusam o apoio aos agricultores, da qual deu conhecimento à adegua Cooperativa de Murça.

Sobre a Zona Industrial disse que o valor indicado é investimento 100% municipal, sendo que perspectiva a possibilidade de encaixar no NORTE 2020 ou PROVER alguma candidatura, dado que em paralelo há investimento público ao nível das infraestruturas e privado, no caso dos empreendedores que aí pretendam instalar-se. Sublinhou que os princípios orientadores daqueles programas de apoio não foram gizados para zonas de baixa densidade, o que dificulta o enquadramento e a captação de verbas.

Sobre as atividades culturais, disse que o município tem a sua dinâmica, mas que também outros agentes culturais, desportivos e sociais devem cada vez mais procurar ganhar a sua própria dinâmica e serem agentes ativos no território.

Referiu ainda o Convívio da População Idosa a realizar em dezembro e as questões elencadas acerca da Barragem do Tua, sendo que foram já transferidas pela EDP as verbas no valor de 750.000,00€ para a Câmara de acordo com o protocolo estabelecido, estando a decorrer o concurso para se dar início à construção do caminho rural marginal ao rio Tua, na Sobreira e também os trabalhos de prospeção e execução do poço de captação de água de Sobreira; Plano de Mobilidade do Tua que vai desde o Tua até Mirandela nas três modalidades: Rodoviária, Fluvial e Ferroviária e ainda o desmonte da Linha do Tua a submergir.

A Câmara Municipal fez uma candidatura, candidatura essa já aprovada, para o fundo de eficiência energética dos edifícios municipais, com a inclusão de reguladores de fluxo energético tendo em vista a redução de consumos. No âmbito da CIM, os municípios irão inventariar todos os componentes dos sistemas de abastecimento de água e redes de saneamento, condição necessária a futuras candidaturas.

_____ // _____

2 - Aprovação das Grandes Opções do Plano para o ano 2016;
(Alínea a) do nº1 do artº25 da Lei nº75/2013, de 12 de setembro)

- O Deputado do PS, Joaquim Pinto, cumprimentou os presentes e leu uma intervenção que se passa a transcrever:

“Ao elaborar as Grandes Opções do Plano, o executivo municipal, teve presente essencialmente a vida dos cidadãos que vivem em Murça. Na estratégia que elaborou procurou, sobretudo, que quem tem qualidade de vida não a perca e quem vive imergido em problemas sociais deixe de os sentir tão fortemente. O Executivo quer continuar a construir o futuro em Murça para as suas gentes, mesmo em tempo de recursos financeiros limitados.”

O Município de Murça tem, de modo sustentado, ao longo dos últimos anos, dado continuidade às políticas de desenvolvimento municipal, sustentado na construção de um concelho centrado nas pessoas, que promove a coesão social, económica e territorial, mas também um concelho orientado para a competitividade e a inovação em contexto rural e de interioridade.

Os valores globais das Grandes Opções rondam os dois milhões e meio de euros. A economia arrecada quase um milhão de euros (39,96%). A seguir temos as funções sociais que beneficiam de um montante perto dos 900 mil euros (34,44%). Por fim, as funções gerais e outras funções, no total, consomem 26,60% das verbas disponíveis. Sendo que nas outras funções, 57% do valor é relativo às transferências para as Juntas de Freguesia, no âmbito dos protocolos que assinam com a Câmara.

As Grandes Opções para 2016 refletem, naturalmente, os efeitos acumulados das medidas de contenção e equilíbrio orçamental em vigor.

Murça alcançou, no entanto, um equilíbrio que não quer perder. Para 2016 são desenhados projetos que visam a promoção da qualidade de vida para os cidadãos do concelho. Embora não haja investimentos de grande escala, não será posta em causa a qualidade de vida já alcançada.

Para os que perguntam onde está o investimento municipal? Nós respondemos simplesmente que continuamos a investir nas pessoas! A estratégia é investir «nas gentes da nossa terra»!"

- O Deputado do PSD, Renato Benídio, cumprimentou os presentes e aludiu à sua intervenção na ata de 18 de dezembro de 2014, referindo-se à desilusão alegadamente sentida pelas pessoas do município com o desempenho do executivo. Mais referiu uma intervenção do deputado do CDS-PP, Luís Perdigão em que se referia à inexistência de opções para o município disponibilizadas pelo executivo, limitando-se este à mera gestão corrente do município, a qual foi secundada por uma outra no mesmo sentido pelo deputado Daniel Faceira. Concluiu que lamentava que nas Grandes Opções do Plano para 2016 apenas existam 2% de investimento para a agricultura, silvicultura e caça e também apenas 2% de investimento no turismo e comércio.

Chegou à sessão a vereadora Cláudia Guerra Vilaverde

- O Deputado do PS, Arménio Ribeiro, corroborou a intervenção do colega Joaquim Pinto e sublinhou que sempre se reconheceram as dificuldades vividas, mas que o documento tendo uma base contabilísticas não evidencia todos os fatores subjacentes à atividade municipal e todas as despesas em determinado sentido. Disse que o compromisso fundamental deste executivo foi a consolidação das contas municipais, com um enorme esforço de redução de dívida, sendo que da dívida total o município pagou 3.634.924,00 milhões de euros 33%

totais da dívida e com disponibilidades de mais de um milhão de euros, o que se traduz numa diminuição de mais de cem mil euros por mês. É um caminho grande e difícil que está a ser percorrido. Sublinhou que apesar da grande diminuição da dívida, da contribuição para o Fundo de Apoio Municipal, o fim do quadro de apoio e outros constrangimentos orçamentais, tem-se feito muito pelo município quer diretamente, quer através dos vários agentes locais, sejam as freguesias ou as associações, facto que nem sempre transparece neste documento, mas que não pode ser negligenciado. Referiu que outras situações como os mais de 17mil euros gastos nos caminhos de Porrais não surgem nos documentos como apoio à agricultura, mas que de facto é um muito concreto e objetivo apoio aos agricultores daquela zona.

Sendo que de facto não conseguimos fazer tudo o que queremos, fomos fazendo o principal: reduzir dívida; trabalhar em parceria com as freguesias e outros agentes locais e fazer as intervenções necessárias e possíveis.

- O Presidente da Junta de Freguesia de Jou, Carlos Silva, disse que sente profundo descontentamento porque pela primeira vez a Junta de Freguesia de Jou não foi devidamente consultada para a elaboração do plano municipal. Disse que no mínimo deveria ter havido uma palavra e que lamenta profundamente esta situação e que nem sempre consegue perceber. Disse que ao contrário dele pode haver pessoas que necessitem e gostem de fazer de conta, disse que gosta de intervir e que o faz sempre que entende fazê-lo, mas que não aceita de maneira nenhuma que a sua freguesia tente ser marginalizada.

Sente que a sua freguesia está a ser prejudicada, e que não se demite das suas responsabilidades, pretendendo levar o seu barco até ao fim. Disse que houve freguesias que foram ouvidas e a sua não. Disse que não se cala pois está aqui em representação da freguesia de Jou, e se sente no direito de ser ouvido relativamente ao que se possa vir a fazer na sua freguesia.

- O Presidente da Junta de Freguesia de Murça, António Marques, disse que as Grandes Opções do Plano deveriam ser discutidas da forma mais abrangente possível e que as Juntas de Freguesia têm um papel fundamental no processo. Disse compreender que neste contexto atual tenham que se fazer escolhas e que as Juntas de Freguesia têm consciência disso, mas que essas escolhas são políticas e que poderiam ser melhoradas com os contributos daqueles organismos. Mais referiu que se a sua junta pudesse ter tido um contributo maior na elaboração deste plano, certamente que algumas rubricas seriam melhoradas em função das necessidades mais prementes. Referindo-se concretamente ao valor dos 2% das Funções Económicas que na realidade parece uma fatia interessante, mas que na realidade é escassa e que na sua opinião esta rubrica deveria ser reforçada, dada a sua importância.

- O Presidente da Câmara Municipal, José Maria Costa, Disse não concordar com a análise do deputado Renato, pois não são uma desilusão, não aceitando esse epíteto. Disse que a

gestão é a possível, no âmbito das opções políticas disponíveis. Mais referiu que a Câmara Municipal direcionou para atividades de agricultura, concretamente a Adegas Cooperativas de Murça, para a qual foram canalizados mais de €200.000,00 para reforçar a sua liquidez. Sobre a caça, as associações de caça são agentes autónomos e são produtores do concelho. Na floresta a Câmara Municipal de Murça também investe, pagando combustíveis, intervindo noutras, organizando atividades com o Gabinete Florestal; os Sapadores Florestais são investimento nesse sector. No Comércio e produtos locais, têm sido investidos valores significativos, como a FAV e a transmissão em Murça do programa “Verão Total”, ainda que contabilisticamente poderão não surgir nesta rubrica não deixam de ser investimento na promoção do comércio e produtos locais.

Refutou veementemente a existência de discriminação entre as Juntas de Freguesia na elaboração do orçamento, justificando a existência de duas reuniões com a Junta de Fiolhoso e com a União de Freguesias de Carva e Vilares com situações pontuais, sendo que o executivo tem conhecimento profundo da realidade de todo o concelho, com as necessidades devidamente identificadas e inventariadas. Disse ainda que as reuniões não são fechadas e o Plano e Orçamento Municipal é um plano aberto, sujeito a melhoramentos e novos contributos a todo o tempo. O que mais gostaria era ter disponibilidade financeira para executar tudo o que se gostaria, mas as limitações efetivamente existem.

Mais disse que a sua disponibilidade e dos seus colegas de executivo é a 100% para as Juntas de Freguesia, pois lhe merecem essa consideração.

Votação:

<i>Votantes</i>	22
<i>Abstenção</i>	04
<i>Contra</i>	07
<i>A Favor</i>	11

Deliberação: Aprovado por maioria

Votaram a favor: Grupo Parlamentar do PS

Votaram contra: Deputados diretamente eleitos pelo PSD

Abstiveram-se: O Presidente da União de Freguesias de Carva / Vilares, o de Murça e o de Jou e o deputado do CDS-PP, Luís Perdigão

Declaração de Voto:

3 - Aprovação do Orçamento Municipal para o ano 2016;
(Alínea a) do nº1 do artº25 da Lei nº75/2013, de 12 de setembro)

- O Deputado do PSD, Manuel Pinto, cumprimentou os presentes e da sua análise à proposta de Orçamento para 2016 referiu que do valor global de 7,946 M€, mais de 75% da receita total depende do Orçamento de Estado, passando a citar a intervenção do Vereador Albertino Lousa na reunião do executivo em que tal documento foi aprovado. Questionou como é que o município chegou a este nível de dependência do Orçamento de Estado e quais os motivos para o município não conseguir um valor mais elevado de receitas próprias, aventando que tal se deva aos vários executivos do PS que embora tenham feito obra, a mesma não tenha sido direcionada para políticas económicas e sociais estruturais capazes de trazer retorno económico a curto prazo, conduzindo ainda ao esvaziamento de população e à desertificação crescente e notória. Referiu que as prioridades para 2016 estão organizadas em quatro ou cinco áreas que elencou, mas que tal se resume na educação a pagar a alimentação e transportes, etc., na economia se resume aos lotes da Zona Industrial, questionando as contrapartidas dos investidores e prazos para concretização dos investimentos; no ordenamento do território apenas se preveem arranjos urbanísticos; no turismo nada de significativos, sendo que nem desdobráveis promocionais existem; apoio às famílias e aos jovens nada de significativo, elogiando o grande trabalho efetuado pela Cruz Vermelha; manutenção dos Sapadores Florestais - elogiou. Na sua perspetiva o documento não vai ao encontro dos interesses e ambições dos munícipes.

- O Deputado do PS, Joaquim Pinto, cumprimentando, de novo, os presente e leu uma intervenção que se passa a transcrever:

“As oportunidades e os desafios são diários.

O Executivo Municipal através deste Orçamento para 2016 procura não perder as oportunidades do presente e do futuro, contudo, entende que a construção do futuro continua a ser um grande desafio.

Governar um concelho com limitações financeiras não é tarefa fácil.

Essas limitações são de vária ordem. Também não vale a pena perder muito tempo a elencá-las. Elas estão sobejamente propaladas.

É preciso que a dedicação e o esforço se centrem, agora e de modo particular, nos recursos disponíveis e, com eles, fazer os melhores investimentos no concelho de Murça.

O Orçamento, proposto para 2016, regista em termos globais um aumento de 4% em relação ao do ano corrente. Dos 7.5638.178.00 de 2015 passamos para os 7.946.048.00 em 2016.

O orçamento para 2016, pela primeira vez, inclui um valor destinado ao orçamento participativo (20 mil euros). Esta é uma iniciativa que, no enquadramento da Missão do Município, visa promover a participação ativa dos cidadãos na vida do município através da execução de pequenos projetos por si propostos.

Os investimentos mais significativos são a ampliação da zona industrial, a ampliação do cemitério resultante da compra do antigo estádio de futebol e as obras de requalificação das margens do rio Tua, na Sobreira, decorrentes da construção da barragem da Foz do Tua.

Em matéria de política fiscal, o Município fez opções que pretendem contribuir para o desagravamento fiscal que incide, sobretudo, sobre as famílias. Medidas estas que depois se irão repercutir na arrecadação de receitas por via dos impostos.

Nesta matéria sublinhamos, a redução do IMI para as famílias com um, dois ou três filhos que beneficiarão de uma reduções de 10%, 15% e 20% respetivamente.

Há ainda a sublinhar a transferência financeira, ao abrigo dos protocolos anuais, de verbas consideráveis para as Juntas de Freguesia dotando-as de autonomia para que estas possam cumprir a sua missão de proximidade.

Em matéria de emprego, convém valorizar o investimento que o Concelho faz nesta matéria. Não há a criação de emprego, infelizmente, mas há um esforço gigantesco na manutenção dos empregos existentes. Este ronda os dois milhões e meio de euros!

Ao nível da dívida a longo prazo, esta tem diminuído ao ritmo de um milhão por ano. Continua a ser tarefa primordial e inegável alcançar horizontes de equilíbrio financeiro sem com isso prejudicar a qualidade de vida dos cidadãos.

O orçamento, finalmente, não é um conjunto de medidas avulsas. São as medidas, necessárias e possíveis, para poder dotar o concelho de condições para funcionar com regularidade e gerar bem-estar para os cidadãos. A busca dessa regularidade e desse bem-estar devem ser a nossa missão fundamental. Também devemos entender que há mais vida para lá do orçamento como alguém um dia disse. Parafraseando o poeta, na verdade, é a vida que comanda o orçamento e não o inverso. Este, embora fulcral, é apenas um meio instrumental par alcançar um bem maior: o bem-estar da população.

O município de Murça, recentemente, alcançou os limites legais do endividamento. Para tal acontecer, foi preciso fina ginástica financeira e um entendimento político no sentido de não embarcar em proezas eleitoralistas.

Nesta matéria, estamos confiantes que há genuína vontade de não andarmos para trás!

Como já o dissemos, apostamos nas pessoas do Concelho. Sem megalomanias. Centrados nas funções básicas que a autarquia deve desenvolver: as funções sociais, económicas e políticas.”

- O Deputado do PS, Arménio Ribeiro, saudou a presença da Vereadora Cláudia Vilaverde que pela primeira vez participa na Assembleia Municipal. Disse que não sendo um especialista da matéria pretenderia comentar o documento em apreço. Disse que se 75% do orçamento municipal depende do Orçamento de Estado, também o das Juntas de Freguesia não será diferente, nem no caso dos territórios de baixa densidade. Sobre a população, Murça curiosamente diminuiu menos população que a generalidade dos concelhos da região, abaixo da média da CIM e muito inferior à dos concelhos limítrofes, segundo os CENSOS 2011. Sobre a receita disse que esta não pode ser aumentada significativamente porque não há população, mas que também não se poderá nunca esquecer que o município baixou voluntariamente a taxa de IMI e da % do IRS retido.

Sobre a Cruz Vermelha disse que é relevante a sua ação e que também aí há investimento do município, tal como nos Bombeiros, nas diversas coletividades e nas juntas de freguesia, mas que aposta social não leva ao aumento de receitas, embora concorde com ela.

Sobre o Orçamento Participativo disse assumir a sua quota-parte na responsabilidade de ajudar a divulgar a iniciativa e ter ficado desapontado com a baixa participação dos munícipes e lamenta enquanto deputado não ter qualquer informação sobre o processo, fazendo votos para que futuramente possa este processo ser mais bem-sucedido.

Elogiou o pragmatismo e realismo deste documento.

Ausentou-se da sessão o deputado do CDS-PP Luís Perdigão

- O Presidente da Junta de Freguesia de Jou, Carlos Silva, disse não ser contra o orçamento participativo. Disse que na sua freguesia surgiram 2 propostas colocadas por cidadãos que foram e muito bem contempladas, contudo lamenta que essas mesmas situações foram sendo sucessivamente colocadas pela Junta de Freguesia e que nunca tiveram acolhimento por parte da Câmara Municipal. Ainda assim, congratula-se que finalmente tais problemas sejam resolvidos.

- O Deputado do PSD, Manuel Lousa Teixeira, cumprimentou os presentes e disse que ficou com dúvidas relativamente às intervenções do deputado Arménio e do Dr. Joaquim Pinto quanto à magnitude da redução da dívida, se afinal são 3m€ ou 2M€, pedindo esclarecimentos.

- O Deputado do PS, Arménio Ribeiro, esclareceu que na sua intervenção referiu a diminuição da dívida nos últimos 2 anos e que o seu colega de bancada se referiu à diminuição da dívida apenas no último ano.

- O Presidente da Câmara Municipal, José Maria Costa, saudou a presença da Vereadora Cláudia Vilaverde que pela primeira vez participa na Assembleia Municipal. Respondeu às questões e reiterou que mensalmente a dívida tem diminuído cerca de €106.000,00 e que os dados estão corretos e depende do horizonte temporal a que estes se reportam.

Disse que de facto apenas 25% das receitas municipais são próprias, convidando o deputado Manuel Pinto a fazer um estudo da sua evolução no município em todo período desde o 25 de Abril e a tirar as respetivas conclusões. Mais disse que, quase todos os quadros comunitários de apoio, naquilo que se refere ao investimento público, vão muito para equipamentos e serviços, dotando os municípios e as regiões com equipamentos, para melhorar a qualidade de vida das pessoas e não tanto no ponto de vista do investimento municipal, para aquilo que é o investimento de retorno financeiro direto. Disse que de facto os municípios se vêm confrontados com o dilema que é por um lado procurar criar condições e incentivos à fixação das suas populações, como é o caso com a redução do IMI, e por outro procurar criar receitas próprias. Concluiu dizendo que fazendo comparação com as realidades de outros municípios vizinhos o retorno é essencialmente social. Sobre o investimento, disse que se distribuem pelas várias áreas de ação do município e que não seria necessário a exclusividade do município no desenvolvimento de ações e que algumas delas poderiam ser efetuadas por outros agentes locais, com apoio do município.

Disse que o apoio aos bombeiros tem sido muito forte neste últimos anos e que é um investimento necessário.

Sobre o orçamento participativo, referiu que há 3 projetos apoiados: mercadinho de Murça; colocação de grade protetora em Aboleira e colocação de lombas redutoras de velocidade em Jou. Em resposta ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Jou disse que em Vale D'Égua ainda não foram colocadas por inoperacionalidade do empreiteiro, mas que também se enquadram nestes projetos e que serão realizadas.

Está imbuído no espírito de dar corpo aquilo para o qual foram eleitos e acredita que com este orçamento irá dar resposta às necessidades mais prementes para o Município de Murça.

Votação:

<i>Votantes</i>	21
<i>Abstenção</i>	02
<i>Contra</i>	07
<i>A Favor</i>	12

Deliberação: Aprovado por maioria

Votaram a favor: Grupo Parlamentar do PS

Votaram contra: Deputados diretamente eleitos pelo PSD

Abstiveram-se: Presidente da União de Freguesia de Carva-Vilares e o Presidente da Junta de Freguesia de Murça.

_____ // _____

4 - Aprovação do mapa de Pessoal para o ano 2016;
(Alínea o) do n.º1 do art.º25 da Lei n.º75/2013, de 12 de setembro)

Não houve intervenções

Votação:

<i>Votantes</i>	20
<i>Abstenção</i>	00
<i>Contra</i>	00
<i>A Favor</i>	20

Deliberação: Aprovado por unanimidade.

_____ // _____

5 - Autorização Genérica para dispensa prévia da Assembleia Municipal de Murça, nos termos da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º127/2012 de 21 de junho e pela Lei n.º22/2015 de 17 de março;
(Alínea c) do n.º1 do art.º 6 da Lei n.º8/2012, de 21 de fevereiro)

- O Presidente da Junta de Freguesia de Murça, António Marques, referiu que esta situação tem vindo todos os anos a este órgão e que em coerência com as posições por si assumidas entende que este valor deveria ser reduzido. Mais referiu que a verba de 100.000,00€ já é um valor considerável e que a Assembleia se deveria pronunciar sobre o assunto, não vendo que com uma adequada programação tal colocasse entraves à gestão municipal, pois as despesas terão de estar previamente cabimentadas.

Ausentaram-se momentaneamente o 1º secretário e o Presidente da Junta de Freguesia de Candedo

Votação:
Votantes 19
Abstenção 01
Contra 08
A Favor 10

Deliberação: Aprovado por maioria

Votaram a favor: Grupo Parlamentar do PS

Votaram contra: Deputados eleitos PSD e o Presidente da Junta de Freguesia de Murça

Abstiveram-se: O Presidente da União de Freguesias de Carva-Vilares

Declaração de Voto: A Bancada do Partido Socialista vota a favor tendo em consideração que o Executivo tem sido muito regado e contido na utilização da figura regimental da “dispensa prévia”, o que reforça a confiança equilibrada na gestão do Executivo. Alertou, ainda, que deve continuar-se a evitar o uso da “dispensa prévia” ou faze-lo de forma muito sensata.

Regressou à Sessão o 1º secretário

_____ // _____

6 - Apreciação do relatório do auditor externo sobre a informação financeira do 1.º semestre de 2015;

(Alínea d) do nº2 do art.º 77 da Lei nº73/2013, de 03 de setembro)

Não houve intervenções

A Assembleia Municipal tomou conhecimento

_____ // _____

7 - Listagem com os compromissos plurianuais assumidos ao abrigo do ponto 3, da autorização genérica concedida pela Assembleia Municipal de Murça de 19 de dezembro de 2013.

(Lei nº8/2012 de 22 de fevereiro)

Não houve intervenções

A Assembleia Municipal tomou conhecimento

_____ // _____

8 - Projeto de Valorização do Património Cultural do Vale do Tua - Protocolo entre a Direção Regional de Cultura do Norte e o Município de Murça.

(Alínea k) do nº1 do artº25 da Lei nº75/2013, de 12 de setembro)

- O Presidente da Câmara Municipal, José Maria Costa, deixou um agradecimento pela inclusão deste ponto na ordem do dia e esclareceu o porquê da urgência da sua apreciação. Disse que em maio de 2013 foi assinado o Protocolo entre a Direção Regional de Cultura do Norte, a EDP - Gestão da Produção de Energia, S.A. e a Agência de Desenvolvimento Regional do Vale do Tua - Associação ADRVT, no âmbito do desenvolvimento do projeto de valorização do património cultural localizado nos municípios abrangidos pelo Aproveitamento Hidroelétrico de Foz Tua, incluindo a Igreja da Misericórdia de Murça. Porque está a terminar o ano e sendo a Direção Regional da Cultura um organismo público não pode reter as verbas que não gastou e para não correr o risco de não as ter novamente disponíveis até julho de 2016, entendeu-se que o Município de Murça se encontra em melhor posição para assegurar a execução financeira dos projetos dentro dos prazos, transferindo

para a Câmara Municipal a verba anteriormente entregue pela EDP, ficando a Câmara Municipal obrigada a alocar à obra a verba transferida.

Votação:

Votantes	20
Abstenção	00
Contra	00
A Favor	20

Deliberação: Aprovado por unanimidade

Período de Intervenção do Público

Não houve intervenções

APROVAÇÃO EM MINUTA

(Art. 44º do Regimento)

**2 - Aprovação das Grandes Opções do Plano para o ano 2016;
(Alínea a) do nº1 do artº25 da Lei nº75/2013, de 12 de setembro)**

**3 - Aprovação do Orçamento Municipal para o ano 2016;
(Alínea a) do nº1 do artº25 da Lei nº75/2013, de 12 de setembro)**

**4 - Aprovação do mapa de Pessoal para o ano 2016;
(Alínea o) do nº1 do artº25 da Lei nº75/2013, de 12 de setembro)**

5 - Autorização Genérica para dispensa prévia da Assembleia Municipal de Murça, nos termos da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º127/2012 de 21 de junho e pela Lei n.º22/2015 de 17 de março; (Alínea c) do n.º1 do art.º 6 da Lei n.º8/2012, de 21 de fevereiro)

8 - Projeto de Valorização do Património Cultural do Vale do Tua - Protocolo entre a Direção Regional de Cultura do Norte e o Município de Murça. (Alínea k) do n.º1 do art.º25 da Lei n.º75/2013, de 12 de setembro)

Votação:

Votantes	20
Contra	00
Abstenções	00
A Favor	20

Deliberação: Aprovada por unanimidade

Regressou à Sessão o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Candedo

ENCERRAMENTO DOS TRABALHOS

(Alínea c) do n.º2 do art.º 9º do Regimento)

- O Presidente da Assembleia Municipal, João Teixeira, referiu que é a última reunião da Assembleia Municipal do ano de 2015, registando com agrado a forma tranquila em que decorreu esta reunião, formulando votos de Boas Festas a todos os presentes e a todos os munícipes.

- O Presidente da Câmara Municipal, José Maria Costa, solicitou o apoio aos Srs. Presidentes de Junta de Freguesia na divulgação e apoio ao Convívio de Natal da População Idosa, agendado para o próximo dia 20 de dezembro e desejou a todos os presentes e a todos os munícipes um Feliz Natal e Bom Ano Novo.

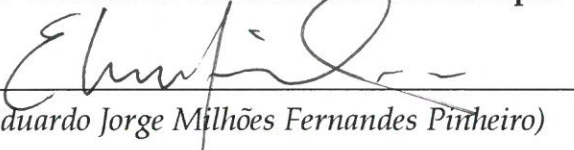
Os trabalhos encerraram às 18:00 horas, da qual se lavrou a presente Ata que, depois de aprovada, vai ser assinada pelo Presidente e pelo 1º Secretário da Mesa da Assembleia Municipal.

O Presidente da Assembleia Municipal



(João Luís Teixeira Fernandes)

O 1º Secretário da Assembleia Municipal



(Eduardo Jorge Milhões Fernandes Pinheiro)

